A Marinha de Guerra na Independência do Brasil: um instrumento estratégico para a vitória na guerra (1821-1824)*

The Navy of War in the Independence of Brazil: a strategic instrument for the victory in the war (1821-1824).

Helio Franchini Neto

Diplomata e historiador. Doutor em História pela UnB e autor do livro Redescobrimo a Independência: uma história de batalhas e conflitos muito além do Sete de Setembro" (Benvirá, 2022). O presente artigo reflete apenas as opiniões pessoais do autor e não busca representar as posições oficiais do governo brasileiro.

RESUMO

A Marinha Imperial brasileira desempenhou um papel essencial na consolidação da Independência do Brasil, tendo sido elemento estratégico para a vitória nas operações militares do período, que se concentraram, principalmente, em três áreas de atuação: Bahia, Norte (Ceará, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Pará) e Cisplatina. O presente artigo avalia o processo de Independência e o tema da guerra, com ênfase na construção da Marinha Imperial e nas operações militares navais. Destaca-se a complementariedade que existiu entre a ação naval e as operações terrestres.

PALAVRAS-CHAVE: Marinha Imperial Brasileira; Independência do Brasil; Poder Naval.

ABSTRACT

The Brazilian Imperial Navy played a key role in the consolidation of Brazil's Independence, acting as a strategic element in the victory obtained in the military operations of the period, which concentrated in three areas of operation: Bahia, North (Ceará, Piauí, Pernambuco, Maranhão and Pará) and Cisplatina. This paper analyses the process that led to Brazil's Independence and the question of the war, emphasizing the building of the Imperial Navy and naval military operations. The complementarity between land and naval operations is highlighted.

KEYWORDS: Brazilian Imperial Navy; Independence of Brazil; Sea Power.

INTRODUÇÃO

No dia 10 de novembro de 1822, o pavilhão do Império do Brasil, recém-constituído, foi içado pela primeira vez em um navio de guerra da Marinha, a Nau *Pedro I*. A data é registro importante pois, em termos simbólicos, foi nesse momento em que nasceu a Marinha Imperial brasileira, dado que as ações anteriores haviam sido realizadas sob o pavilhão português, em nome de D. Pedro, regente do Reino do Brasil, parte integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

*Artigo recebido em 11 de novembro de 2022 e aprovado para publicação em 25 de novembro de 2022.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 18, nº 36, p. 77-103 – 2022.

A conjuntura brasileira era delicada naquele momento. D. Pedro, após um longo conflito com as Cortes Constitucionais de Lisboa, criadas pela Revolução do Porto, de 1820, havia declarado a Independência em 7 de setembro, assumindo efetivamente o Império em 12 de outubro. A medida contava com o apoio das Províncias do Centro-Sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande), de Pernambuco e de alguns grupos nas demais regiões, mas enfrentava oposição em muitas Províncias. Não havia unanimidade na decisão pelo Império, nem mesmo os grupos que apoiavam o novo imperador eram homogêneos e compartilhavam um mesmo projeto. Nesse contexto, o processo que havia resultado na Independência fora muito mais incerto, conturbado e não consensual do que o mito de uma Independência pacífica.

Ao contrário, o ato de içar a bandeira imperial na Nau *Pedro I* era relevante ao indicar os problemas que se colocavam, dados os conflitos políticos nas Províncias, os quais gradualmente se transformavam em guerra. Uma guerra que se desenrolava nos planos terrestre e naval, e que requeria a construção de uma força militar capaz de enfrentar múltiplas ameaças e servir de instrumento estratégico na consolidação e construção do Império planejado pelo Rio de Janeiro. Sem uma Marinha de Guerra eficiente e forte, dificilmente as ações teriam sido eficazes como foram nos três teatros militares que caracterizaram as batalhas do período: na Bahia, no Norte (envolvendo Ceará, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Pará) e na Cisplatina. Um quarto teatro, como se verá, foi Pernambuco, com a Confederação do Equador (1824), parte do processo de emancipação, porém em outro contexto que os demais.

A análise da participação da Marinha no processo de Independência brasileiro é

interessante tanto do ponto de vista histórico, ao se conhecer suas ações e sua relevância para a construção do Império, quanto do ponto de vista militar, como exemplo de função do poder naval, em articulação com outras ações políticas e militares. O que se pretende demonstrar é que, em um contexto complexo como foi a Independência nacional, houve uma ação em múltiplos níveis, do político-diplomático ao uso de todo o poder militar, neste caso, uma grande mobilização terrestre complementada pela construção de uma importante força naval. Esta atuou em coordenação com o Exército, tendo entrado em cena em momentos-chave e com alto impacto.

O presente artigo divide-se em três partes, a primeira sobre o processo de Independência em si, passando pelos aspectos centrais da mobilização militar e construção da Marinha Imperial. A terceira parte tratará das operações militares em si. A Marinha foi, desse modo, o elemento estratégico essencial para a vitória. Não atuou isoladamente, o que não diminui a relevância de sua ação. Pelo contrário, como já mencionado, sem a contribuição do poder naval, a história do Reino do Brasil, depois Império, poderia ter sido distinta.

REDESCOBRINDO O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: CONFLITO POLÍTICO E A GUERRA PELO TERRITÓRIO

A ideia de uma guerra no estabelecimento do Império do Brasil pode soar, para muitos, estranho. Ainda hoje prevalece o mito de uma emancipação pacífica, um “divórcio amigável” entre Brasil e Portugal, como se o primeiro já existisse antes de 1822, e a identidade nacional “brasileira” igualmente já tivesse constituída. Essa concepção é equívoca e alimenta problemas de interpretação histórica cruciais para a compreensão do País.

A ideia de divórcio amigável é contraposta por uma realidade muito mais complexa, heterogênea e interessante, que aponta para uma Independência dentro de um processo político que se desenrola entre 1820 e 1825, tendo como estopim a Revolução do Porto, de 1820. O movimento subsequente, o “vintismo”, como ficou conhecido o projeto revolucionário, alimentou contraditoriamente esperanças com relação a um novo espírito liberal e constitucional, e disputas tanto entre as capitais, Lisboa e Rio de Janeiro (que resultaram na decisão de D. Pedro pela separação), quanto no interior das Províncias. Os conflitos foram gradualmente afunilando, transformando-se em uma guerra nacional.

Esse processo complexo teve como base uma herança do longo período da colonização, transformado pela chegada da família real em 1808. O conjunto de colônias que formavam o “Estado do Brasil” (não confundir com Estado no sentido de soberania) era composto por 19 Capitânicas (depois Províncias) que haviam vivido séculos de realidades separadas, apesar das conexões existentes entre elas, tornando-se heterogêneas e com identidades específicas.

Tampouco existia uma identidade “brasileira” formada. O que prevalecia, essencialmente, eram identidades regionais, casadas com a ideia de ser “português”. Pernambuco possuía, por exemplo, identidade local forte e constante luta por sua autonomia, alimentada pela memória da resistência da ocupação holandesa. O elemento de unidade, tanto político-social quanto identitário, era a nação portuguesa. Isso não significa ausência, em documentos históricos, de referências esparsas a “brasileiros”. Era, porém, uma ideia ainda frágil, sobreposta por identidades locais (pernambucano, baiano) e sem capacidade unificadora.

Havia, ademais, uma permanente tensão entre a centralização do poder pretendida pela Coroa portuguesa e o desejo de autonomia local. Conviviam, contraditoriamente, a fidelidade ao rei e o sentimento de pertencimento à nação portuguesa com resistências a muitas das ações da Coroa, particularmente as ações de reforço do poder estatal em busca de maior controle sobre seus súditos e colônias, que se contrapunham com os desejos de autonomia local observados nas Capitânicas.

É possível romper, assim, com a projeção que muitas pessoas realizam de tomar como base o Brasil atual e projetá-lo para antes de 1822, como se o País e os brasileiros já existissem desde 1500. Havia, logicamente, grande circulação de pessoas e trocas de diferentes tipos entre as regiões, desde as políticas até as econômicas, mas, em essência, o Norte e o Sul da Colônia (divididos essencialmente na linha entre Bahia e Minas Gerais) tinham experiências distintas. Isso era sentido até mesmo nas distâncias: do Maranhão, por exemplo, era mais fácil chegar a Lisboa do que ao Rio de Janeiro, em razão das correntes marítimas e dos regimes de ventos do Atlântico central. As forças de dispersão entre as Capitânicas eram, em resumo, muito mais fortes do que o mito do divórcio pacífico terminou avaliar.

A história daquele território que se tornou o Brasil adquiriu contornos singulares com a chegada da família real em 1808. Foi um evento singular, não apenas pela presença da Corte no Rio de Janeiro, com todo o aparato que partiu de Lisboa (inclusive instituições, como tribunais e academias militares), mas pelas decisões tomadas por esta de estabelecer estruturas mais permanentes do Estado na nova capital. O Rio de Janeiro tornou-se uma efetiva capital de Império, gradualmente estruturando-se, no plano urbano e das instituições, com tribunais superiores,

corpo diplomático, escolas militares, instituições culturais, etc.

Nada simbolizou mais essa nova realidade do que a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, em 1815. O novo Reino encontrava-se em pé de igualdade com Portugal, ambos conectados pela soberania exercida pelo rei. Não havia mais colônia.

A nova realidade estava longe, no entanto, de resolver os problemas do jovem Reino. O Novo Reino permanecia dividido entre Sul e Norte, com o Sul (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) da “interiorização” da nova metrópole, conforme a expressão de Maria Odila Silva Dias (2005): além de se tornar capital do Reino Unido, as necessidades de suprimento de bens e de pessoal abriram novas oportunidades, inclusive em cargos públicos, e também acesso ao poder, alterando o status social de vários grupos.

No Norte do Reino, por outro lado, as vantagens foram menores. Ao contrário do que acontecera na região centro-sul, o reforço da ação centralizadora da Coroa e a elevação da cobrança de impostos, destinada a financiar a Corte, foram negativamente sentidos. Essas medidas alimentaram sentimentos de mudança, aos quais se somou a circulação de novas ideias, influenciadas pelo liberalismo ou pelas revoluções americana e francesa.-

Foi exatamente essa insatisfação no Norte que se casou com outra região que sofria com o fim das guerras napoleônicas, com a crise econômica e, também, com a perda relevante de espaço e status político: o Reino de Portugal. A grave situação portuguesa chegava, ademais, em um momento de mudanças políticas importantes na Europa, com o espírito do liberalismo ganhando força e conquistando países.

A mistura entre insatisfação e desejo de avanços político-sociais explodiu na Revolução do Porto de 1820, cujo principal resultado foi a convocação de uma Assem-

bleia Constituinte, as Cortes Gerais de Lisboa. O alvo era o poder central do Rio de Janeiro, o Rei D. João VI e o absolutismo. Uma combinação que tinha o condão de atrair, no Reino do Brasil, o Norte insatisfeito com a realidade brasileira, e grupos no sul que simpatizavam com o liberalismo.

De fato, a partir da adesão estratégica da Bahia, em 1821, a revolução espalhou-se rapidamente nas terras americanas. Após muita hesitação, conflitos e um longo debate (no qual o rei chegou a convocar uma constituinte no Rio de Janeiro, já projetando os problemas de gestão das duas capitais), D. João partiu, deixando D. Pedro como regente, mas em situação política frágil, inclusive com a suspensão do pagamento de impostos pelas Províncias do Norte. Havia, essencialmente, grande adesão ao vintismo.

Na prática, porém, a Revolução do Porto igualmente agravava a situação do Reino do Brasil. Em primeiro lugar, a forma como as Províncias do Norte aderiram aos ideais da Revolução do Porto rompeu certos padrões de organização político-social anteriores, mas mostraram dificuldades em oferecer um novo padrão, abrindo a porta para disputas políticas, para projetos distintos e conflitos. Houve, como aponta o historiador José Roberto de Aruda Machado (2006), uma “quebra da mola real da sociedade”, que alimentou a anarquia e, em muitas regiões, verdadeiras guerras civis.

De outro lado, o vintismo, apesar de seu liberalismo e constitucionalismo, alimentava também um conflito potencial com o Rio de Janeiro. A ideia da “regeneração” implicava, dentre outros, a reconstituição e reconcentração do poder político de Lisboa, afetando diretamente o Rio de Janeiro (que perderia seu status) e grupos que viam o Reino do Brasil e sua capital em pé de igualdade com a porção europeia. De outro lado, o apoio das Pro-

víncias às Cortes, alimentado também por desconfianças contra o Rio de Janeiro, seria em alguns casos enfraquecido pela quebra das promessas de autonomia regional por Lisboa.

Foram exatamente decisões práticas das Cortes Constitucionais de Lisboa em reforçar seu poder no Reino do Brasil que alimentaram a controvérsia. Lisboa passou a buscar uma conexão direta com as Províncias, rompendo a centralidade do Rio de Janeiro como capital, o que significava maior interferência nos assuntos provinciais, especialmente nos temas de segurança. Mais importante ainda, duas decisões adotadas em setembro de 1821 e recebidas no Rio de Janeiro em dezembro alteravam substancialmente o quadro, ao fechar tribunais e outras instituições na capital carioca (reduzindo seu poder) e chamando D. Pedro de volta à Europa.

Era, na prática, a completa desestruturação do Rio de Janeiro como capital. Isso fez com que tanto elites políticas e econômicas do centro-sul quanto outros grupos sociais se vissem obrigados a agir. Esses grupos tinham projetos políticos distintos para o Brasil, mas, no contexto das ameaças que vinham de Lisboa, se uniram contra um adversário comum. Precisavam, também, buscar um líder forte, que perpassasse os grupos não apenas do centro-sul, mas também das outras Províncias. Esse personagem era, naquele momento, D. Pedro, que não era unânime nem forte, mas poderia exatamente se colocar como uma figura “nacional” (ao contrário da América Hispânica, onde os líderes locais, apesar de fortes, como Bolívar ou San Martín, não tinham apoio em outras regiões).

A partir do momento em que o antes titubeante e indeciso regente D. Pedro decidiu “ficar” no Brasil, em janeiro de 1822 (enfrentando, no dia seguinte, uma revolta militar que tentou forçá-lo a embarcar),

formou-se um núcleo que, liderado por José Bonifácio, congregou diferentes grupos políticos. O projeto inicial não era de ruptura, mas de preservação da igualdade entre Lisboa e Rio de Janeiro.

O choque entre Lisboa e Rio de Janeiro acabou, no entanto, tornando o conflito inevitável e levando à Independência. Com o 7 de setembro (na prática, D. Pedro assumiu o Império apenas em 12 de outubro), formaram-se dois polos mais claros na disputa, com o Rio de Janeiro atacando as “facciosas Cortes”, e Lisboa declarando o centro-sul em “Rebelião”, o que legitimava, na época, o uso da força.

Mesmo com a Independência declarada, ao final de 1822, o apoio provincial a D. Pedro ainda era limitado, essencialmente o centro-sul e Pernambuco, que se decidiu pelo Império após muito conflito, de forma não unânime e muito condicionada à manutenção de promessas de autonomia. Haveria problemas em todas as demais unidades, muitos resolvidos após conflitos relativamente breves, mas que deixavam marcas que voltariam a aparecer com o tempo (especialmente na Regência).

Não havia uma convergência “natural” a D. Pedro, muitas Províncias no Norte permaneciam fiéis ao vintismo e desconfiavam do Rio de Janeiro. Os dois lados buscaram, em resumo, ganhar as Províncias, estas já em uma situação complicada pelos conflitos internos e princípios de guerra civil que se observavam, por exemplo, na Bahia ou em Pernambuco. As Províncias teriam, então, que escolher um dos lados, sendo que nos pontos estratégicos (Norte, Bahia e Cisplatina) havia uma ação direta das capitais.

E foi exatamente essa disputa que se tornou a Guerra de Independência do Brasil. Na luta que se seguiu, era previsível que uma imagem embrionária de nação “brasileira” começasse a se fazer presente. Um processo que seria ainda longo e

não automático. Se no longo prazo havia de se construir uma nova identidade, brasileira, D. Pedro tinha em 1822-1823 uma tarefa mais imediata: estabelecer seu Império em todo o território do antigo Reino. Ao final, guerra foi elemento fundamental para a garantia da unidade.

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DA MARINHA IMPERIAL (1822-1823)

Cada uma das etapas do processo que levou à emancipação do Brasil foi acompanhada de ações diplomáticas e militares. Em fins de 1822 e início de 1823, ainda eram poucas as Províncias que estavam seguramente ao lado de D. Pedro. Muitas adesões ocorreram meses depois, mas era clara a resistência de algumas Províncias estratégicas, inclusive com o reforço das tropas vindas da Europa. A solução seria militar.

A base das estruturas militares dos dois lados, Rio de Janeiro e Lisboa, foi a mesma, a Força Armada portuguesa que se encontrava estacionada no Reino do Brasil. Era, especialmente no Brasil, uma força complexa, descoordenada, que sofria com as distâncias. Ainda assim, não se tratava de uma força desprezível, totalmente ineficaz ou inexperiente. Segundo Bittencourt (2014, p. 53), no fim do século anterior, a Marinha de Portugal era de tamanho relevante mesmo na Europa e possuía alto grau de operacionalidade¹.

A força que se encontrava no Reino do Brasil incluía tropas de origem americana e portuguesa, estruturas militares coloniais (reformadas no fim do século XVIII) e novas adições derivadas da presença da família real. As academias do Exército e da Marinha portuguesas se instalaram no Rio de Janeiro, em conjunto com toda a estrutura do Alto Comando, unidades e estrutura logística (até mesmo produção

de navios em algumas Províncias). Entre 1808 e 1820, algumas unidades experientes das guerras napoleônicas foram deslocadas para as Américas, tal como a Divisão Auxiliadora, instalada no Rio de Janeiro. Essas unidades foram comandadas por figuras conhecidas, como os Generais Avilez, Madeira e Lecor, os dois primeiros fiéis às Cortes, o último aderente a D. Pedro.

Havia, por outro lado, tensão entre as tropas europeia e americana, com as primeiras se vendo como superiores. Ainda que tropas de origem local tendessem a apoiar o Rio de Janeiro, a partir do Dia do Fico, a linha não era tão clara, dado o apoio que o vintismo mantinha, especialmente no Norte. O tema dos soldos era fundamental e, em muitos casos, item de destaque, como foi o caso de Pernambuco, que viveu o período com combates (a Revolta de Goiana, em 1821, contra o governador Luís do Rego), tensões e princípios de guerra civil, mas logrou, ainda em 1821, retirar as tropas do Batalhão do Algarve, após pagamento dos soldos e transporte à Europa.

Sobre essa mesma base houve incrementos importantes, dos dois lados, ao longo do período da guerra. Do lado das Cortes de Lisboa, ao contrário da imagem tradicional, as forças não se restringiram a unidades de soldados europeus que já se encontravam no Reino do Brasil e resistiram a D. Pedro. Houve um importante esforço, em 1821-1823, de envio de novas tropas às Províncias fiéis e à Bahia. O primeiro reforço das tropas na Bahia foi solicitado pela própria população de Salvador, em 1821, temerosa da reação de D. João VI à adesão ao vintismo. Já em 1822, a primeira leva veio das tropas da Divisão Auxiliadora, expulsa do Rio de Janeiro (no enfrentamento que ocorreu após o Dia do Fico). Dois transportes dessa unidade conseguiram se separar da esquadra que

ia a Salvador e desembarcar 166 soldados nesta cidade (DIAS TAVARES, 1977, P. 62).

Na sequência, houve duas levas de reforços importantes em agosto e outubro de 1822, as quais, inclusive tiveram impacto político direto na decisão de D. Pedro em declarar a Independência. Em 7/8/1822, Madeira recebeu 620 soldados do 2º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria Portuguesa (ARAÚJO PINHO, 1968, P. 41). Esse reforço fora acompanhado da chegada de novos elementos navais, passando Madeira a contar com as Corvetas *Dez de Fevereiro*, *Regeneração*, *Restauração* e *Conceição Oliveira* (depois *Constituição*), e os Brigues *Audaz* e *Prontidão*². A Fragata *Constituição* estava sendo, na época, aparelhada e armada no arsenal da Bahia e entraria em serviço posteriormente.

Logo depois, em outubro de 1822, chegou à Bahia a esquadra portuguesa, que passou a ser comandada pelo Almirante José Félix Pereira de Campos. Eram dez navios de guerra que transportavam três batalhões de reforço para Madeira e comporiam a base da defesa naval portuguesa. Madeira, no final de 1822 e início de 1823, chegaria a ter quase 10 mil soldados e uma força naval composta por quase 5 mil marinheiros e 500 canhões, incluindo 1 nau, 2 fragatas, 5 corvetas e 9 brigues. A relação das embarcações portuguesas variou ao longo do período, em razão de rotações e substituições.

Do outro lado, D. Pedro teve igualmente de organizar as forças terrestres e navais que sustentaram a construção de sua base no Rio de Janeiro, que combateu na Guerra de Independência e que assegurou a unidade territorial do Império brasileiro no mesmo traçado do Reino do Brasil. Naquele período de 1822-1823, um dos maiores desafios do regente, depois imperador, foi exatamente organizar Forças Armadas eficientes. O príncipe envolveu-se pessoalmente nesse esforço, trabalhando sobre a organização

das unidades, na administração, finanças e planejamento. Em 2 de maio de 1822, a Secretaria da Guerra foi separada dos Negócios Estrangeiros por decreto.

Houve uma série de medidas legais de estruturação das novas forças.³ Várias medidas deixavam claro o clima belicoso, incluindo ultimatos para que as tropas pró-Lisboa partissem, em 18 de setembro e 21 de outubro de 1822.⁴ Uma das medidas mais contundentes – e mais representativas do estado de guerra entre o novo Império e o Reino de Portugal – foi a emissão de regras para o curso contra os navios portugueses.⁵ Também houve esforços diplomáticos tanto para evitar o favorecimento a Lisboa quanto para obter os insumos militares. Foi necessário comprar navios, armas, pólvora e, em dado momento, recrutar tropas estrangeiras.⁶

O financiamento de todo esse esforço de guerra foi realizado localmente, seja pelos partidários do Rio de Janeiro, seja pelos habitantes das outras Províncias. Recorreu-se a impostos alfandegários e a contribuições das Províncias que apoiavam D. Pedro. Também foram realizados empréstimos no exterior, particularmente para a compra de meios e contratação de pessoal para a Marinha. Grande parte da mobilização financeira feita no Rio de Janeiro resultou em significativa dívida interna, fundamentalmente recaída no Banco do Brasil (RODRIGUES, 2002, p. 317). Outras coletas foram realizadas posteriormente. No caso da Marinha, foi lançado, por decreto de 28 de janeiro de 1823, programa de contribuições voluntárias para a organização e a aquisição de meios (LEITÃO DE CARVALHO, 1947, P. 7).

Ao longo de todo 1822, o regente liderou esse esforço de preparação da tropa aproveitando-se tanto da estrutura militar presente no Rio de Janeiro quanto de adesões pontuais, inclusive de muitas tropas que chegavam da Europa. No caso do

Exército, foi necessário “mobilizar os novos batalhões, necessários para combater os portugueses” (DARÓZ, 2011, P. 10). As tropas à disposição do Rio de Janeiro eram fundamentalmente a 2ª linha, a Milícia, que foram convertidas em 1ª linha. Outros efetivos lutaram nas Províncias ainda sem estarem incorporados oficialmente ao comando central, tornando parte da guerra um combate por procuração, como se deu no Piauí e no Maranhão. Na Bahia, principal ponto estratégico do território brasileiro, a guerra iniciou-se igualmente na improvisação e na organização local, mas em poucos meses passou a ser conduzida sob o comando unificado do Rio de Janeiro.

Aquelas tropas “semirregulares” são recordatórios de que, paralela e simultaneamente a todo o processo no Rio de Janeiro, desenrolavam-se de forma autônoma as disputas nas Províncias brasileiras, influenciadas pela polarização entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Também representavam forças que não eram “naturalmente” ligadas ao Rio de Janeiro e que, de fato, se voltaram contra ele nos anos seguintes, por exemplo, na Confederação do Equador, em 1824. Os pormenores da mobilização da força terrestre podem ser encontrados em Franchini Neto (2019).

Por essa razão, um dos esforços importantes do período era o de centralizar o comando no Rio de Janeiro. Os estrangeiros tiveram um papel importante nesse ponto, particularmente Pierre Labatut no comando do Exército Pacificador da Bahia, e o Almirante Cochrane, na Marinha. As medidas incluíam não apenas armas e homens, mas também o controle das operações. Com isso, José Bonifácio teria rejeitado o Brigadeiro Alves Branco Moniz Barreto para comandar o “Exército Pacificador”, por considerá-lo próximo dos dirigentes locais, o que ameaçava o controle da operação pelo Rio de Janeiro (PELEGRINO, 1980, P. 293). Optou, então, por Pierre Labatut, francês que já vivia no Brasil.

Como no caso do Exército, a presença da Corte, a partir de 1808, implicou a criação de toda uma estrutura de comando, logística e formação da Marinha no Rio de Janeiro. A capital carioca transformou-se no centro do comando terrestre e naval português. Estabeleceu-se um Conselho do Almirantado, uma Intendência, Contadoria, Quartel-General, Academia de Guardas-Marinha, uma Brigada Real (Fuzileiros Navais) e uma Biblioteca (MAGALHÃES, 2001, pg. 238).

Muito dessa estrutura ainda se encontrava na capital carioca em 1822. Segundo Brian Vale, observadores estrangeiros eram críticos do funcionamento desse aparato burocrático, tido como lento e ineficaz, mas o exame dos arquivos mostraria “uma maquinaria eficiente e bem administrada” (VALE, 2005, p. 32). Essa base foi importante para a organização de uma força naval para o Rio de Janeiro, principalmente a partir da nomeação do Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira como Ministro da Marinha, em 28 de outubro 1822.

Ao contrário do Exército, no entanto, a Marinha contava com menor participação dos nascidos no Brasil. A composição inicial da Marinha Imperial tinha 10 almirantes, 13 capitães de mar e guerra, 22 capitães de fragata, 27 capitães-tenentes, 18 primeiros-tenentes, 42 segundos-tenentes, 14 guardas-marinhas (FROTA, 1986, P. 8). Era número insuficiente, mesmo não se tendo em conta as desconfianças que poderiam surgir sobre a confiabilidade desses oficiais no combate contra seus camaradas que haviam optado por Lisboa. Em uma segunda fase de desenvolvimento da força naval, como veremos abaixo, novas incorporações seriam realizadas, inclusive de estrangeiros.

Em termos de meios navais, o núcleo inicial da Marinha Imperial, desenvolvido ainda quando D. Pedro era regente, con-

tava com a Fragata *União* (posteriormente *Ypiranga*), as Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, além de alguns brigues, escunas, navios-transporte e canhoneiras. A Nau *Martim de Freitas*, que se encontrava em reparos no arsenal do Rio de Janeiro, foi incorporada posteriormente, em 10 de novembro de 1822. Havia também um Batalhão da Brigada Real da Marinha, antecessor dos atuais Fuzileiros Navais. Em 24 de outubro de 1822, decreto de D. Pedro reorganizou a unidade, que passou a se denominar Batalhão de Artilharia da Marinha. Contava com 54 oficiais, 74 sargentos, 71 cabos e 3.759 soldados artilheiros, além de músicos (BIELINSKI, 2008).

Na passagem da esquadra transportando as tropas do General Francisco Maximiliano de Sousa (que substituiriam as tropas de Avillez no Rio de Janeiro, mas terminaram impedidas de desembarcar, salvo aquelas que aderiram ao regente), em fevereiro de 1822, a Fragata *Real Carolina* foi conquistada pelo Rio de Janeiro e mais tarde renomeada *Paraguaçu*. Essa embarcação, junto com uma charrua, fez importante serviço de buscar os soldados pernambucanos em Montevideú e levá-los ao Recife, muitos dos quais posteriormente reforçariam a tropa pernambucana enviada à Bahia.

Em fins de 1822 e início de 1823 deu-se o esforço mais intenso de fortalecimento da Marinha, com a compra de novos meios, com a chegada de Cochrane e com o recrutamento de estrangeiros. D. Pedro contou, nesse processo, com amplo apoio. Em dezembro de 1822, o *Correio Braziliense* defendia o esforço de se transformar a capacidade das forças navais da recém-criada Marinha de Guerra:

(...) julgamos que as forças navaes do Brasil se não devem limitar aos pequenos esforços, que se precisam agóra, para contender com a mesquinha

esquadra de Portugal: requer-se outrossim, que se preparem d'ante mão vasos, muniçoens e gente, para constituir tal marinha de guerra, que sirva para proteger eficazmente o Brazil, nas futuras dificuldades, que se lhe suscitarem, e não poucas prevemos nós.⁷

Entre a adesão de navios da Marinha portuguesa, a construção de embarcações nos estaleiros brasileiros e os esforços de compra de meios e de equipamentos no exterior, especialmente no Reino Unido e nos EUA, a força naval cresceu. As aquisições passaram a ser feitas por diferentes meios, da aquisição no Brasil ou no estrangeiro, à captura. Aproveitaram-se oportunidades que haviam aparecido no próprio Rio de Janeiro, como a contratação do Comandante norte-americano Jewet, que chegou ao Rio de Janeiro com o *Maipu*, comprado no Chile, e o caso da *Maria da Glória*, embarcação encomendada também pelo Chile e que, por diferenças financeiras, foi desviada para o Rio de Janeiro. Comandou-a o Capitão francês Beaupaire.

Paralelamente, foram feitos esforços de recrutamento no Reino Unido, que tiveram sucesso, com mais de 500 marinheiros e oficiais, contratados por soldos vantajosos em ação liderada pelo representante do Império em Londres, Caldeira Brant, pelo cônsul em Liverpool e por James Thompson, ex-oficial britânico. O processo não foi simples, dado que havia legislação britânica que impedia a incorporação de nacionais em outras Forças Armadas. Exemplo das dificuldades foi a contratação de John Taylor, em 1823, que sofreu com resistências ativas do governo britânico, mas terminou, após sérias dificuldades, atuando na Marinha Imperial.⁸

Além de oficiais e marinheiros, havia interesse na contratação de um novo comandante, com força militar e que res-

pondesse diretamente ao imperador. O primeiro contato com Thomas Cochrane, conhecido marinheiro das guerras napoleônicas e das independências na América Espanhola, foi realizado por meio do cônsul brasileiro em Buenos Aires (COCHRANE, 2003, p. 37). Foram feitas promessas importantes de dinheiro e honrarias, as quais suscitariam, após sua chegada ao Brasil, longa querela com o governo brasileiro, que inicialmente não as cumpriu.

Conta Cochrane que, insatisfeito com sua situação no Chile, considerava partir para a Grécia, para lutar do lado dos independentistas daquele país. Terminou por aceitar a proposta brasileira, que lhe prometia, segundo as informações do cônsul em Buenos Aires, no mínimo as mesmas vantagens que os governos da América Espanhola lhe haviam oferecido (GUEDES, 1973, p. 207).

Em comunicado a Viena, o diplomata austríaco Mareschal afirmou ter escutado de José Bonifácio que Cochrane era o “homem que se precisava”.⁹ Bonifácio mantinha uma postura mais ofensiva com relação à tropa portuguesa do que D. Pedro, tendo logrado convencer o jovem imperador à ação. Esperava, para tanto, tal sucesso do escocês a ponto de estimar que, em seis meses, Cochrane estaria em frente ao Tejo. Livrando-se do que via como um exagero da autoridade brasileira, Mareschal concordava que o cerco à Bahia não traria dificuldades, pois, a esquadra portuguesa poderia ter bons marinheiros (e em grande número), mas seus oficiais, em contrapartida, “são pouca coisa”.

Concluída a negociação e acompanhado de 11 oficiais ingleses e espanhóis (incluindo Greenfell, Sheperd e Clewley), Cochrane chegou ao Rio de Janeiro em 13 de março de 1823. Por essa época, operações terrestres importantes ocorriam ao longo de toda a linha de cerco sobre Salvador. Montevideú também

estava sitiada e o Piauí (no que envolvia Ceará, Maranhão e Pará) conflagrado.

O trabalho inicial do novo comandante dividiu-se na preparação da esquadra e na resolução de disputas burocráticas com o Ministério brasileiro. Cochrane relata ter ficado satisfeito com a Nau *Pedro Primeiro* e com a Fragata *Piranga* (2003, p. 40). Entre as inspeções da esquadra que se aprontava, Cochrane envolveu-se na primeira disputa com o governo. As promessas financeiras não foram imediatamente atendidas e a posição hierárquica oferecida tampouco correspondia ao acordo. Contra as promessas, ofereceu-se ao escocês apenas um posto de almirante português, com baixo salário. Ameaçando deixar o serviço, em gestões junto a José Bonifácio, Cochrane logrou reverter a situação, receber o que pretendia. Para ele foi criado, em 26 de março de 1823, o cargo de “Primeiro Almirante”, que só por Cochrane seria usado.

O caso fora resolvido, mas não afastava uma tensão com o Ministro da Marinha, que se manteria mesmo após as operações. Após a guerra e principalmente no julgamento das presas navais (principal fonte de renda dos marinheiros), Cochrane – transformado em Marquês do Maranhão – se indisporia ainda mais com as autoridades brasileiras, vindo a escrever sua Narrativa de Serviços como peça de justificativa da cobrança da dívida que estimava ter o Brasil para com ele.

Antes de toda essa controvérsia, os novos esforços de compra, captura e adesão de novos navios, busca por tropa no próprio Império e no estrangeiro, incluindo Cochrane, resultou em um avanço importante na Marinha Imperial e na preparação da primeira esquadra para uma operação militar na Bahia. Foi exatamente nessa esquadra que se deu, em 10 de novembro, o içamento da bandeira do Império na Nau *Pedro I*, navio capitânia de Cochrane.

Após mais alguns meses de preparativos, a esquadra partiu em 2 de abril de 1823 para a Bahia (segundo o diário do Capelão da esquadra, a partida teria ocorrido no dia 1º). Cochrane menciona, em sua *Narrativa de Serviços* (2003, p. 45), o decreto de 19 de março de 1823, pelo qual ficavam assignadas a seu serviço a Nau *Pedro I*, as Fragatas *União (Ypiranga)*, *Niterói* e *Real Carolina* (depois *Paraguassu*), as Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, o Brigue *Guarani*, e as Escunas *Real* e *Leopoldina*.

O almirante registra, entretanto, ter partido em 3 de abril, com apenas quatro embarcações, a *Pedro I*, a *Ypiranga*, a *Maria da Glória* e a *Liberal*, ademais do apoio logístico do *Guarani* e do *Real*. Posteriormente se uniram à esquadra, na Bahia, a Fragata *Niterói*, os Brigues *Cacique* e *Caboclo*, o Brigue-Escuna *Rio da Prata*, os quais ainda estavam em preparação, quando da partida. Cochrane avaliava positivamente a situação dos quatro navios principais, especialmente a Nau *Pedro I*, mas desconfiava da qualidade da marinhagem. Elogiava a situação da *Maria da Glória*, navio de origem norte-americana, que não era necessariamente o mais apropriado para o serviço, mas que contava com parte da tripulação de origem francesa e era comandado por Beaupaire.

A esquadra que partiu para a Bahia totalizava, assim, cerca de 280 canhões e aproximadamente 2 mil marinheiros.¹⁰ O interessante é que essa força não compreendia toda a Armada Imperial, seja por embarcações que se encontravam em outras missões, seja pelas posteriores incorporações, ao longo de 1823, incluindo as presas. Como é corriqueiro em Organizações Militares, algumas embarcações se encontravam em manutenção ou incapacitadas de utilização. Outras estavam em missões distintas. Cochrane viu tão pouca utilidade em algumas unidades que decidiu transformá-las em “burlotes”, ou seja,

navios incendiários que eram jogados sobre os inimigos.

Ao final do conjunto de operações militares, a Marinha brasileira que saiu da Guerra de Independência era significativa, mesmo em comparação com algumas congêneres europeias (excluindo, logicamente, a esquadra britânica), variando entre 380 e 500 canhões. Ao longo de todo o período persistiram problemas com o recrutamento de oficiais e marinheiros. Mais importante para o período, a Marinha Imperial não parou de se expandir a partir de 1823. Já em 1824, a Armada brasileira tinha 48 navios e 620 canhões. Mais um ano e, em 1825, eram 65 navios, com 690 canhões, e outras 31 pequenas lanchas armadas.¹¹

Da Marinha portuguesa, portanto, veio a base da Armada, mas, no período 1822-1825, a Marinha brasileira mais do que duplicou de tamanho, por meio das aquisições, apresamentos, e contratação de novos Corpos de Marinha, no Brasil e no exterior. Tornou-se, nessa época, segundo a avaliação de Brian Vale (2005, p. 31), a força naval mais poderosa das Américas (mesmo em comparação aos EUA).

A MARINHA IMPERIAL EM AÇÃO: TRÊS TEATROS DE OPERAÇÕES E A RELEVÂNCIA DO PODER NAVAL

A Guerra de Independência do Brasil envolveu uma série de operações militares que tinham como objetivo a resolução do conjunto de conflitos que se desenvolveu no período, tanto conflitos locais e regionais pelo poder quanto a disputa entre Lisboa e Rio de Janeiro pelo controle do processo político constitucional e o controle sobre o Reino do Brasil. Para Lisboa, enfrentava-se uma rebelião que deveria ser combatida em todo o território

Diferentes conflitos – como ocorrido em Pernambuco, em 1821 (Revolta de

Goiana, pró-vintismo, mas contra o governador Luís do Rego), Bahia e outros – estouraram, sendo gradualmente absorvidos pela disputa maior, particularmente após o 7 de setembro. Houve casos em que breves mobilizações militares foram suficientes para solucionar a questão, como a retirada do General Avillez e sua tropa do Rio de Janeiro, em janeiro-fevereiro de 1822, outros nos quais os conflitos levaram à violência local, com influências regionais e tendência à prevalência de um dos lados, como se deu no Ceará, pró-D. Pedro, ou no Maranhão, pró-Cortes de Lisboa.

Em algumas Províncias, no entanto, fosse pelo equilíbrio das forças locais, fosse o caráter estratégico da área, passaram a receber influência direta das capitais, que incentivaram a ação militar “por procuração”, com a mobilização das forças locais, ou uma intervenção direta, com o envio de tropas de outras regiões e da Europa. No primeiro caso, temos o teatro de operações Norte, que envolveu Ceará, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Pará, incluindo todo o território da Amazônia, ou seja, mais da metade do que hoje é o Brasil. Na Cisplatina, as tropas portuguesas que se encontravam na Província se dividiram entre Rio de Janeiro e Lisboa, combatendo pelo controle da região. E, finalmente, na Bahia se jogou a partida principal, como veremos abaixo.

A disputa-chave: a Bahia e a necessidade da Marinha

A batalha pela Bahia foi o ponto central da guerra. A Província tinha grande população, sua economia era relevante, principalmente nas exportações, e Salvador, ex-capital, praticamente competia em importância com a atual capital, o Rio de Janeiro. Mais do que as características da Província em si, tratava-se de área estratégica, ponto do território que permitia a

projeção tanto para o Norte quanto para o Sul. Em 1822-1823, quem terminasse dominando o território baiano teria influência direta sobre o futuro das Províncias do Norte, inclusive de Pernambuco.

Tanto Lisboa quanto o Rio de Janeiro gradualmente compreenderam esse quadro estratégico e realizaram esforços para ganhar a Bahia, com a mobilização militar vista acima, que não foi de pequena monta. Lisboa realizou importante esforço de envio de tropas ao longo de 1822-23, que poderia ter continuado, não fosse o golpe da Vilafrancada (maio de 1823), movimento militar iniciado por D. Miguel, que levou ao fechamento das Cortes Constitucionais de Lisboa e o retorno do poder absoluto de D. João VI.

A partir de julho de 1822, o Rio de Janeiro também entrou diretamente na disputa. Tentou, inicialmente, negociar a saída das tropas pró-Lisboa, (inclusive com negociações secretas¹²), mas preparou-se para a guerra, com o envio de insumos e tropas. Labatut partiu para a Bahia em 14 de julho, com cerca de 300 homens e importante carga militar. O Rio de Janeiro definitivamente escolhia o confronto.

A viagem foi tranquila até as proximidades da Bahia, onde seus navios se encontraram com a frota portuguesa, em 5 de agosto. Uma tempestade impediu o combate, levando as forças brasileiras a desembarcar em Maceió, em 21 de agosto de 1822. Também passaram por Sergipe, que foi incorporado ao Império, e chegaram ao Recife, onde Labatut, apesar de relatar ter sido “mal recebido”,¹³ obteve apoio de cerca de 700 soldados comandados pelo Major Falcão Lacerda, aos quais se juntaram, também, 200 soldados da Paraíba.

O conflito baiano, nesta época, já era aberto, tendo se iniciado em fevereiro daquele ano, entre forças que inicialmente haviam apoiado o vintismo, mas gradualmente se dividiam, fosse por questões lo-

cais, fosse por disputas políticas relacionadas ao debate nas Cortes Gerais. Quando estas resolveram substituir o Brigadeiro Freitas Guimarães – nascido nas Américas, líder do movimento pró-Revolução do Porto na Bahia e então Governador das Armas – pelo General Madeira, houve uma divisão das forças, que combateram em fevereiro na cidade, com vantagem para as tropas de Madeira, fiéis às Cortes.¹⁴

Os derrotados partiram para o interior, concentrando-se especialmente na cidade de Cachoeira que, em 25 de junho, buscou aliança com D. Pedro. Em outras palavras, acabou prevalecendo a lógica de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. A decisão de Cachoeira tornou o conflito região inevitável. Entre fevereiro e novembro de 1822, os combates passaram a ser regulares, mas essencialmente entre forças locais.

As operações concentraram-se gradualmente em duas áreas principais. A primeira era o caminho que ligava Salvador ao interior, composto por estradas cujo controle permitia impor um bloqueio à capital. Nesta zona, houve combates ao longo dos meses de julho a outubro, tendo as tropas pró-Rio de Janeiro tido sucesso na ocupação de pontos estratégicos que bloquearam a capital baiana (que passaria a ser suprida principalmente pelo mar).

A segunda área foi a Baía de Todos os Santos, onde ocorreram diversos combates, especialmente em torno da Ilha de Itaparica. Tropas da Legião Lusitana, unidade militar enviada por Lisboa em 1821, chegaram a invadir a ilha em julho de 1822, mas cometeram o erro de evacuar, permitindo o controle das forças pró-Rio de Janeiro. No mesmo mês, outra flotilha portuguesa tentou sem sucesso avançar sobre a cidade de Nazaré, a partir do Funil, uma estreita passagem de mar entre Itaparica e o continente, mas foi rechaçada. A vitória no Funil foi essencial para a manutenção da zona sul do Recôncavo Baiano.

O processo de “nacionalização” do conflito, com as levas de tropas chegadas de Lisboa em agosto-outubro e de Labatut em novembro não alterou a dinâmica do teatro de operações. O reforço permitiu o General Madeira a partir para a ofensiva. Na tentativa de romper o cerco a Salvador, Madeira movimentou-se na Batalha do Pirajá (8 de novembro), uma ofensiva terrestre e naval que não logrou o resultado esperado. Também houve ofensivas navais sobre o recôncavo, particularmente sobre Itaparica (em janeiro de 1823), mas gradualmente a iniciativa passou para o lado brasileiro.

As ofensivas de Labatut tampouco foram eficientes, com as operações terrestres gradualmente desembocando em uma violenta guerra de fricção. Houve uma degradação dos dois lados, com Madeira concentrando gradualmente o poder, em detrimento das autoridades civis, ao passo que os conflitos entre os grupos locais e Labatut, este fiel ao Rio de Janeiro, levaram à queda do general e sua substituição pelo Coronel Lima e Silva, tio do futuro Duque de Caxias (que lutava naquele conflito) e então comandante do Batalhão do Imperador, enviado pelo Rio de Janeiro no início de 1823. A chegada dessa unidade requereu, ademais dos transportes navais, uma operação de diversão, para evitar um confronto com as forças navais de Madeira.

A ruptura desse impasse terrestre veio pelo mar. A entrada em cena da esquadra brasileira comandada por Thomas Cochrane, em 1º de maio de 1823 rompeu, efetivamente, o cerco e ofereceu às forças brasileiras vantagem estratégica determinante.

É preciso, ainda assim, inserir sua atuação dentro de contexto que não implique diminuição do papel dos outros elementos que participaram da guerra, seja no apoio político, seja no logístico e, principalmente, no combate aos

partidários das Cortes de Lisboa por via terrestre. A força naval complementou a ação terrestre ao romper um cerco sobre Salvador que já era desfavorável às forças de Madeira, desgastadas por tempos de guerra terrestre.

Em 21 de março de 1823, o Primeiro Almirante Thomas Cochrane arvorou sua bandeira no navio capitânia, a Nau *Pedro Primeiro*. O Primeiro Almirante não utilizou, no entanto, todos os meios colocados à sua disposição. Temeroso com a qualidade de algumas embarcações e de suas tripulações, decidiu levar alguns navios para servirem apenas como “burlotes” (embarcações sem tripulação e cheias de combustível, para incendiar as embarcações inimigas), como foi o caso dos Brigues *Real* e *Guarani*.

A esquadra contou, por fim, com 9 embarcações, algumas das quais se juntaram posteriormente à unidade: Nau *Pedro Primeiro*, Fragatas *Piranga* (comandada por Jewett), *Real Carolina* (Manoel Gonçalves Lima) e *Niterói* (John Taylor), Corvetas *Maria da Glória* (Beaurepaire), Brigues *Guarani* (Antonio Joaquim Couto) e *Real* (Justino Xavier), e Escuna *Leopoldina* (Francisco de Sá Lobão). Eram aproximadamente 2 mil marinheiros e 280 peças de artilharia.

Em 29 de março de 1823, foi publicada Proclamação de D. Pedro, determinando o bloqueio a Salvador, por terra e por mar. A esquadra tinha seu destino e suas ordens. Segundo Mareschal, o projeto de Cochrane era chegar à Bahia e, aproveitando-se do efeito surpresa de sua chegada, avançar sobre a esquadra portuguesa.¹⁵

Após solenidade de partida, que contou com a presença dos imperadores a bordo da *Pedro Primeiro*, a esquadra de Cochrane partiu para a Bahia em 3 de abril de 1823. A partir desse momento, inicia-se o relato do capelão da esquadra, Frei Paixão e Dóres (1938), que manteve diário sobre a operação. O capelão relata um trajeto calmo,

mas com algumas dificuldades de ventos. Também menciona o esforço de aproximação entre oficiais ingleses e brasileiros. Houve poucas novidades, salvo alguns feridos por acidentes. Cochrane busca trabalhar na coesão da esquadra, com ordens para que os navios navegassem mais aproximados. Também eram realizados diversos adestramentos. A Bahia foi avistada em 1º de maio de 1823, dois dias antes da última grande operação terrestre comandada por Labatut e antes da crise que levou à sua prisão. Um confronto entre as duas esquadras tornou-se inevitável e chegou rapidamente.

Na manhã de 4 de maio de 1823, Cochrane recebeu a informação de que três navios “grandes” haviam sido avistados. Eram, na verdade, 13 embarcações da esquadra portuguesa, que seguiam no sentido norte, em direção a Salvador. Cochrane partiu para o ataque. Segundo o relato do comandante das forças portuguesas, Almirante João Félix, de 26 de maio de 1823, a esquadra saiu completa de Salvador em 30 de abril.¹⁶ Nada aconteceu até o dia 4, quando foram avistadas as 7 embarcações de Cochrane:

A nossa esquadra estando formada em duas Columns, assim como hera a ordem em que Navegava, mandei fazer sinal de encurtar as distancias, e a Columna de Sotavento para seguir para vante cingindo o Vento para depois virando no outro bordo (quando para isso se lhe fizesse sinal) ganhar barlavento do inimigo metendo-o entre dois fogos, em quanto a Columna de barlavento hia arribando incencivelmente para dar áquela a posição vantajosa para esse fim.

Os navios brasileiros vieram em diagonal e tentaram cortar a linha portuguesa, aproveitando-se de uma brecha para ata-

car os quatro navios da retaguarda. Cochrane repetiu, nessa ação, “a mesma manobra tantas vezes executada por Nelson com o mais feliz êxito, porem manobra que depende de circunstancias de disciplina e valor”.¹⁷ Segundo o Frei Paixão e Dores (1938, p. 34), a manobra deixou Cochrane satisfeito, a ponto de lhe dizer, pouco antes do encontro dos navios, “Sr. Cura, metade de la Escuadra inimiga és nuestra, por que me voi cortar sua linea”.

A situação da linha portuguesa prometia, de fato, uma vantagem importante a Cochrane. Pouco depois das 11h começaram os ataques. Cochrane atacou a *Princesa Real* (3º navio da coluna), dando uma descarga de artilharia. De sua parte, o comandante da *Princesa Real*, Francisco de Borja Pereira e Sá, registrou a seus superiores em Lisboa que, vendo que a *Pedro Primeiro* intentava “passar impunemente pela minha popa”, deu um grito de “Viva a Constituição” e mandou romper fogo, o que principiou “um terrível fogo de artilharia com bala de metralha e de mosquetaria”.¹⁸

Evitando um desembarque, a *Princesa Real* continuou o fogo de artilharia, que, após um tempo, passou a não ser respondida pela *Pedro Primeiro*. Pereira e Sá informou ter tentado perseguir a nau inimiga, mas sofreu ataque da Fragata *Ipiranga*, que lhe provocou sérios danos. Foram aproximadamente 10 minutos de combate, segundo Pereira e Sá, que resultaram em 5 mortos e 12 feridos dentre a tripulação da *Princesa Real*.

A retirada mencionada pelo comandante da *Princesa Real* se deu em razão de Cochrane ter constatado, já no início do combate, estar acompanhado apenas pela Fragata *Ipiranga*. Para piorar a situação, parte da tripulação se revoltou: dois dos marinheiros responsáveis por transportar a pólvora interromperam o fornecimento e ainda impediram que os demais cumprissem a instrução.

No meio de sua manobra, desse modo, o almirante brasileiro ficou sem possibilidade de ação. À parte a *Ipiranga*, as outras embarcações haviam perdido capacidade de combate pela recusa da marinhagem em manobrar contra a esquadra portuguesa. Segundo relatou o Almirante João Félix, os outros navios da esquadra brasileira ficaram a distância e “por isso infelizmente tão bem escaparão”. Apesar dos esforços dos oficiais, a tripulação chegou a ameaçar entregar os navios, se houvesse insistência.

Cochrane suspendeu, então, a ação e se retirou, beneficiando-se de um temporal que impediu qualquer possibilidade de contra-ataque da esquadra portuguesa. Ao fim do encontro, a esquadra brasileira tinha 17 mortos e vários feridos, aos que se somaram os 5 mortos e 12 feridos da *Princesa Real*.

A batalha não fora resolvida, mas suspenso, do lado brasileiro, pela recusa dos marinheiros em lutar, e, do lado português, pela desvantagem tática e pelas avarias sofridas. A esquadra portuguesa chegou a avistar os navios de Cochrane no dia seguinte, sem ter havido confronto. Contrariado, Cochrane enviou informações a vários interlocutores, inclusive a José Bonifácio, a fim de explicar o ocorrido.

Avaliando o resultado da batalha naval de 4 de maio, Cochrane resolveu mudar de estratégia. Procurou, em primeiro lugar, uma base de operações, ao que foi escolhido o Morro de São Paulo, após conversa com os pescadores da região, sobre as qualidades do porto e a disponibilidade de práticos. Em 8 de maio de 1823, a esquadra fundeou no local e iniciou trabalhos de preparação e organização da base, sem que operações caça a navios militares e civis fossem interrompidas.

Mais importante, o comandante da esquadra brasileira empreendeu reorganização de suas forças, a fim de evitar os

mesmos problemas de 4 de maio de 1823. Nesse processo, a *Pedro Primeiro* recebeu boa artilharia e passou a contar com 82 peças e 900 homens, reforçados pelas embarcações de Taylor e Jewett, além da transformação de algumas embarcações em burlotes. A vantagem da nova base era servir como ponto de lançamento tanto para caça de presas (que foram muitas, no que Cochrane contava para ter rendimentos) quanto para pressionar Madeira e João Félix, ao mesmo tempo em que os navios brasileiros tinham um ponto defensivo eficiente. Os brulotes estacionados ao longo da área defensiva acarretavam séria ameaça a um eventual ataque português.

O resultado da combinação defesa (Morro de São Paulo) e ação da *Pedro Primeiro-Maria da Glória* foi efetivo fechamento do bloqueio de Salvador e a supressão da vital linha de abastecimento da cidade por mar. Cochrane, com isso, evitou uma confrontação aberta e direta com a esquadra portuguesa, adotando postura ofensiva e ativa, de procurar momentos vantajosos para uma ofensiva. As embarcações que tentaram furar ou evitar o bloqueio foram apresadas e posteriormente se transformaram em objeto de disputa entre Cochrane e o governo brasileiro, quando a volta da influência “portuguesa” sobre D. Pedro alterou as regras do apresamento, que era uma das fontes de rendimento dos marinheiros.

A questão, agora, era como a esquadra portuguesa, que ainda se mantinha forte, reagiria. Ao final, a força naval de Madeira mostrou-se pouco agressiva, ou não agressiva suficiente no enfrentamento do bloqueio. Os navios pouco saíram do porto de Salvador, mesmo nos momentos em que as embarcações brasileiras passaram em sua frente, para reconhecimento (como ocorreu em 22 de maio).

Segundo o Almirante João Félix, em ofício de 26 de maio de 1823, a postura

defensiva e a decisão de não sair do porto teria sido tomada em conferência com Madeira, que lhe apontou para as “tristes circunstâncias da Cidade, provenientes da falta de mantimentos”. Madeira lhe disse que não teria pão para a tropa para além de 40 dias. Nesse cenário, o Governador das Armas teria ordenado que a esquadra portuguesa não mais saísse do porto, e que se abastecesse os navios com mantimentos. Era indício de que a esquadra estava sendo preparada para a retirada, o que levou João Félix a deixar o comando. O almirante reassumiu no dia seguinte, por pressão da guarnição e, em 25 de maio, conseguiu sair do porto com a esquadra. Em 26 de maio de 1823, toda a esquadra de João Félix aproximou-se do Morro de São Paulo para um ataque, que não se realizou.

A situação dos partidários de Madeira se tornou ainda mais precária no início de junho. Enquanto, no dia 3 daquele mês, o Coronel Lima e Silva realizava sua última grande ofensiva sobre as linhas de defesa terrestres, Madeira e João Félix receberam a notícia de que os brulotes que Cochrane preparava para jogar sobre a esquadra portuguesa estavam quase prontos. Essa informação, segundo um informante brasileiro que estava em Salvador (COCHRANE, 2003, p. 65), teria provocado grande “consternação” nos portugueses.

Ocorreu, então, a ação decisiva de Cochrane. Após informações de que mais uma ofensiva de João Félix contra o Morro de São Paulo havia sido adiada, o almirante, segundo seu próprio relato, decidiu aproveitar o momento de fraqueza e partir para a ofensiva, ainda que essa fosse mais psicológica do que militar. Em 12 de junho, realizou uma patrulha noturna dentro do porto de Salvador, com a *Pedro Primeiro*. Disfarçada de embarcação inglesa (como se apresentou no encontro com um navio português), passou por toda a frota militar portuguesa.

A *Pedro Primeiro* foi acompanhada da *Carolina* e da *Maria da Glória*. A nau encontrou, no porto, a *D. João VI* e a *Gamboa*, que perguntaram de onde vinham. Cochrane tentou convencê-los de que eram navios ingleses, o que suscitou dúvidas do lado português e um início de reação. Após quase ficar imóvel pela ausência de vento, uma forte chuva ajudou a *Pedro Primeiro* a se evadir. Ao regressar a sua base, Cochrane procurou acelerar ainda mais a finalização dos brulotes.

O almirante recebeu, então, notícias de que sua visita noturna teria provocado grande terror no inimigo e incentivado a decisão da retirada. Em 29 de junho, chegou-lhe a notícia de que os portugueses tencionariam deixar a Bahia, para dirigir-se a Santa Catarina ou Maranhão. Até que se efetivasse essa decisão, continuou o primeiro almirante a operar, agora para impedir que as forças portuguesas se transferissem para outra localidade do Reino. Ordenou à esquadra que continuasse as capturas e os ataques, ainda que não sobre o porto de Salvador. Cochrane também enviou um comunicado a Madeira, com a ameaça de que não tentasse nenhuma rota que não a partida a Portugal.

A ação naval resultou, então, no 2 de julho de 1823, quando toda a força portuguesa fez vela.¹⁹ Para a Província da Bahia era o fim da guerra, mas no campo naval ainda não haviam terminado as operações. À saída do porto, a *Maria da Glória* passou a dar caça à esquadra portuguesa. A ordem era de atacar todos os navios com tropa, para que voltassem à Bahia como prisioneiros, impedindo-os de reforçar alguma outra tropa pró-Lisboa que ainda operava no Norte brasileiro. Juntaaram-se à caça outros navios brasileiros, inclusive novas incorporações.

O que seria uma mera retirada, transformou-se, desse modo, em um derradeiro confronto aberto. As forças portu-

guesas tentaram um contra-ataque, sem sucesso, contra a *Pedro Primeiro*, em 4 de julho. Novo confronto ocorreu em 16 de julho. Os embates se seguiram ao longo da primeira quinzena de julho, até se garantir que Madeira não se dirigiria ao Maranhão ou outra Província brasileira. A *Niterói* ainda seguiria a frota portuguesa por toda a travessia do Atlântico, até a embocadura do Tejo.

O principal resultado dos confrontos foi a captura de uma grande quantidade de navios de transporte. Alguns navios foram destruídos, outros incorporados à Marinha brasileira, que com isso ganhava em tamanho e em força. Cerca de 2 mil militares portugueses foram aprisionados e ficaram na Bahia, suscitando grandes debates sobre seu futuro na Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro.

A ação da esquadra, portanto, não foi tão destruidora e mortífera quanto a guerra terrestre, mas teve o condão de romper o impasse. Seria difícil imaginar o resultado de 2 de julho, ao menos nesta data, sem o eficiente bloqueio marítimo realizado pela Marinha brasileira. Cochrane, por fim, desviou-se da Bahia para o Maranhão, aonde chegou em 26 de julho de 1823. Sua presença seria igualmente o elemento estratégico de resolução dos impasses no plano terrestre.

O teatro de operações Norte

O cenário militar no Norte envolveu cinco províncias (Ceará, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Pará). Pará e Maranhão, mais distantes física e politicamente do Rio de Janeiro (o Grão-Pará havia sido colônia separada até finais do século XVIII), mantiveram-se majoritariamente fiéis ao vintismo, e mostraram disposição em usar a força, dentro e fora de seus limites provinciais. O Piauí e o Ceará, por outro lado, foram muito influenciados pelo que se passava em Pernambuco e Bahia, que

ao longo de 1822 já se mostravam convulsionadas e dentro de uma dinâmica de escolha entre Rio de Janeiro e Lisboa.

Até finais de 1822, a região manteve-se apoiadora de Lisboa, ainda que os sinais de conflito político, particularmente internos às Províncias fossem claros, conforme a expressão de Arruda Machado da “quebra da mola Real da Sociedade”. Havia, tanto do lado do Rio de Janeiro quanto de Lisboa preocupações sobre a situação política da região, a ponto de Lisboa nomear um experiente militar, o Major Fidié, para o Governo das Armas do Piauí.

O militar recebeu ordens diretas de D. João VI para “manter-se” firme na Província, ponto de trânsito da Região Norte e sofria influências tanto do Maranhão e Pará, quanto de Pernambuco e Ceará.²⁰ Fidié chegou à capital piauiense Oeiras em 8 de agosto de 1822 e encontrou uma situação política degradada, que em breve explodiria: influenciado pelo que se passava no Ceará, a Câmara de Parnaíba emitiu, em 19 de outubro de 1822, apoio à Regência de D. Pedro, apesar de ainda advogar a união com Portugal. Essa decisão deu início ao conflito.

O movimento de Parnaíba não foi unânime, sofrendo com resistências no local e com a chegada (a pedido de alguns grupos) de tropas do Maranhão. Os partidários do Rio de Janeiro acabaram obrigados a fugir para o Ceará, fosse pela reação imediata, fosse pela notícia de que Fidié mobilizara a tropa, com o objetivo de sufocar rapidamente o movimento pró-D. Pedro. Em 14 de novembro de 1822, partiu em marcha de 660 quilômetros, com aproximadamente 1.500 homens. Atingiu Parnaíba em 18 de dezembro, ocupando a cidade sem resistências.

A estratégia de Fidié, no entanto, falhou, por duas razões. A partir de janeiro de 1823, os grupos pró-Rio de Janeiro que haviam fugido para o Ceará retornaram

ao Piauí após se reagruparem e obterem apoio cearense. Paralelamente, sob a liderança do Brigadeiro Silva Martins (que havia perdido eleições e, a partir dessa derrota, caminhou para o lado do Rio de Janeiro), ocorreu um levante de Oeiras, em 24 do mesmo mês, que proclamou D. Pedro Imperador. A junção desses dois movimentos levou à guerra.

Fidié decidiu voltar a Oeiras, para sufocar o movimento, partindo em 1º de março. Era um movimento que ocorria paralelamente à entrada no Piauí dos grupos pró-Rio de Janeiro, ambos convergindo para Campo Maior (CHAVES, 2006, P. 65). Após uma primeira escaramuça próxima à cidade de Piracuruca, em 10 de março, à margem da Lagoa Jacaré, em 13 de março de 1823, as duas forças se enfrentaram na área do Rio Jenipapo. Foram mais de cinco horas de batalha, durante as quais as tropas pró-Rio de Janeiro realizaram infrutíferos ataques frontais contra um eficaz sistema defensivo organizado por Fidié, sendo derrotadas.

A Batalha do Jenipapo está para o teatro de operações Norte como a Batalha do Pirajá para a Bahia. Mas mesmo vitorioso, Fidié havia consumido a maior parte dos seus insumos, tornando difícil o caminho a Oeiras.²¹ Optou, então, por dirigir-se ao Estanhado, nas margens do Rio Parnaíba, onde recebeu ofício da Junta de Caxias (Maranhão) pedindo auxílio contra movimentos pró-D. Pedro na região. Fidié decidiu cruzar a fronteira (registrou dois combates no caminho, em 10 e 17 de abril), chegando a Caxias em 17 de abril, acompanhado por 700 soldados.

Iniciava-se, então, a segunda fase daquela guerra, agora no Maranhão, com as forças pró-Rio de Janeiro reforçadas pelos plenos poderes conferidos por D. Pedro para marcharem contra o Maranhão. Foram, na sequência, realizadas invasões sucessivas do Maranhão pelo lado pró-Rio

de Janeiro, que se desdobraram em três movimentos. O primeiro e maior recaiu sobre Caxias, que foi completamente cercada em 19 de junho. A situação gradualmente tornou-se insustentável (NEVES, 2006, p. 277). Com o insucesso militar, foram iniciadas negociações com as tropas de D. Pedro. Em 1º de agosto, as forças independentistas entraram em Caxias.

Ao mesmo tempo em que o drama do cerco de Caxias se desenrolava, os dois outros movimentos colocaram a capital, São Luís, em apuros. Um deles foi mais limitado, ao norte, com a captura de Carnaubeiras, vila maranhense próxima a Parnaíba. O outro ocorreu em Itapecuru-Mirim, em importante operação militar. Com a cidade conquistada, as forças pró-D. Pedro praticamente cortavam as ligações terrestres de São Luís. Na passagem de junho para julho de 1823, desse modo, a Junta maranhense se encontrava isolada, contando apenas com o apoio de vilas próximas e da via marítima.

Em meados de julho de 1823, no entanto, chegou a notícia do golpe da Vilafrancada, em Portugal, que acabava com o vintismo e as Cortes de Lisboa, com o retorno de D. João ao poder absoluto. A Junta maranhense não mudou de posição e tentou negociar, para ganhar tempo.

A estratégia poderia ter dado certo não fosse a entrada em cena de Cochrane. Já nos mares próximos de São Luís, Cochrane apreendeu o Brigue *Infante Dom Miguel*. Ao invés de aprisionar a tripulação, liberou o comandante do brigue, informando-lhe que toda uma esquadra estava a caminho. O oficial levou a notícia a São Luís, completada com cartas do almirante, de 26 de julho de 1823, nas quais ameaçava o uso da força.²² Cercada por terra e por mar, a Junta maranhense não teve outra opção, oficializando a “adesão” da Província do Maranhão ao Império em 28 de julho de 1823.

Enquanto tudo isso se passava nos territórios do Maranhão e Piauí, a situação no Pará também estava convulsionada. Apesar de importante apoio ao vintismo e da firme postura da Junta Governativa, havia fissuras na sociedade e no governo. Em princípios de 1823, após quase dois anos de relativa estabilidade, a atuação de partidários da Independência se incrementou, influenciada pelo que ocorria na região. Após eleições municipais, em fevereiro de 1823, houve um golpe, favorável às Cortes, mas que desatou uma série de conflitos militares, inclusive em Marajó.

A Junta maranhense logrou resistir às revoltas pró-Rio de Janeiro, mas viu-se enfraquecida, especialmente em julho, quando chegou o navio *Palhaço* com a notícia da Vilafrancada. Um conselho reuniu-se em 5 de agosto, na tentativa de manter a situação inalterada até que fossem recebidas novas ordens.

Foi nesse contexto que apareceu John Grenfell, em 11 de agosto de 1823, “a única força externa que atracou em Belém”, tendo o governo tomado a chegada “como a oportunidade de os estratos dominantes restabelecerem a ordem” (MACHADO, 2006, p. 312). Grenfell foi convidado a desembarcar e, em 12 de outubro, Pará foi oficialmente incorporado ao Império.

Ao final, a incorporação do Maranhão e do Pará ao Império trouxe apenas uma aparência de unidade, já que os grupos favoráveis a Lisboa, ou mesmo independentistas, ainda eram fortes. Portugal manteria, até 1825, a alegação de que as Províncias estavam “ocupadas”. Cochrane retornaria ao Maranhão, em 1824, para conter nova revolta.

A Cisplatina

A Cisplatina (hoje Uruguai), foi caso tão complexo quanto díspar do ocorrido no Norte-Nordeste, envolvendo um qua-

dro estratégico mais amplo, no qual, em 1821-1823, confluíram processos internos e externos. Havia, em primeiro lugar, a histórica disputa entre Portugal e Espanha pelo território então chamado Banda Oriental, desde pelo menos 1680, um permanente jogo diplomático-militar que mesmo os tratados que tentaram resolver a questão, principalmente o de Madri (1750 – favorável a Portugal) e o de Santo Idelfonso (1776, favorável à Espanha), não haviam logrado terminar com os confrontos.

Essa dinâmica ganhou novos contornos com a chegada da família real ao Brasil, que teria estabelecido projeto de reforçar a segurança da fronteira, em meio aos movimentos independentistas (a partir de 1810), particularmente a ação de Buenos Aires, que procurava incorporar todo o território do antigo Vice-Reinado do Prata no novo Estado. Em 1816, quando disputas entre orientais e a ação de Buenos Aires reverberavam na fronteira portuguesa, a Banda Oriental foi ocupada em ação militar levada a cabo pela Divisão de Voluntários d'El Rei, liderada pelo General Carlos Frederico Lecor (4.831 soldados de origem europeia e em 2-3 mil tropas americanas²³). Em 1821, o Congresso da Banda Oriental votou pela incorporação ao Reino do Brasil, criando a Província da Cisplatina.

O principal problema foi que a Cisplatina, no momento em que se incorporava a Portugal, foi arrastada pelo terceiro processo, o conflito entre Rio de Janeiro e Lisboa. Em Lisboa, prevaleceu visão de que a manutenção das tropas na Província era importante, mas houve tom crítico a Lecor (FERREIRA, 2012, p. 132). Do lado do Rio de Janeiro, as reações foram claramente melhores e, em fins de fevereiro de 1822, Lecor aderiu à causa do Rio de Janeiro.

Com poder limitado, Lecor buscou uma saída política, com a retirada das tropas pró-Lisboa. Sem sucesso, o General deixou Montevidéu em 11 de setembro,

onde permaneceram os partidários de Lisboa, que passaram a ser liderados por D. Álvaro da Costa. Lecor foi por estes declarado “traidor”.

Apesar da clara divisão entre os dois campos, as operações militares foram evitadas no segundo semestre de 1822. No início de 1823, no entanto, as forças terrestres (cerca de 3-4 mil de cada lado), passaram a se movimentar. Com problemas logísticos, Lecor preferiu uma guerra de recursos, dando início, em 23 de janeiro de 1823, a um cerco de 17 meses, enfrentando uma Montevidéu bem fortificada. As hostilidades foram iniciadas em 29 de janeiro de 1823, sendo registradas ações importantes ao longo nos meses seguintes, em uma guerra de permanente atrito. A guerra na Cisplatina foi, com isso, uma guerra de atrito.

Também neste caso, o impasse veio pelo mar. Em agosto de 1823, finalmente se completara a esquadra comandada por Pedro Antonio Nunes, com seis navios, que a partir de outubro impôs cerco ao porto de Montevidéu. Em 21 de outubro de 1823, deu-se o breve, mas decisivo combate. D. Álvaro da Costa buscou romper o cerco realizado por Antonio Nunes e ordenou, para tanto, que os quatro navios à sua disposição zarpassem do porto.

O Comandante Pedro Antonio Nunes relatou ao Rio de Janeiro o combate que se iniciou ao nascer do sol.²⁴ Avistando o inimigo, Nunes fez sinal para levantar âncora e determinou manobra “não só para ganhar barlavento ao inimigo, como também para o afastar do porto”. Executada a manobra, as embarcações viraram sobre a frota portuguesa, “por contramarcha engajando o combate em bordos desencontrados”.

A primeira a abrir fogo foi a *Liberal*, ao qual responderam os portugueses. O *Real Pedro* atacou o *Conde dos Arcos*, sendo depois atacado pelo **General Lecór**. Nova passagem dos navios brasileiros foi reali-

zada, sempre com “vivo fogo”. O embate terminou apenas às 4 horas da tarde, com a retirada das forças portuguesas de volta ao porto de Montevideú. O Comandante Nunes informou tentativa de perseguir o inimigo, que não teve sucesso. Segundo seu relato, as embarcações brasileiras tiveram várias avarias, especialmente a *6 de Fevereiro* e a *Leopoldina*, que tiveram rombos em seus cascos, os quais, no entanto, não impediam a continuidade das operações. Também os navios portugueses ficaram avariados. Não houve mortos ou feridos do lado brasileiro. Os portugueses, por sua vez, registraram 6 mortos e 18 feridos.

Após o combate de 21 de outubro de 1823, a pequena esquadra portuguesa chegou a realizar uma nova tentativa de saída do porto, no dia seguinte, mas voltou atrás. Não havia mais capacidade pró-Lisboa para empreender uma ação decisiva. Sem acesso ao mar, a situação das tropas pró-Lisboa era inviável.

Assim, em razão das decisivas ações navais brasileiras, foram iniciadas negociações, que terminaram em 18 de novembro de 1823. A partida das forças portuguesas foi lenta, concretizando-se apenas em fevereiro de 1824. Ao final, os combates não haviam sido tão mortíferos, envolvendo algo como 100-150 baixas, dos dois lados.²⁵

A Confederação do Equador: a instabilidade permanece após a Guerra de Independência

Ao tratarmos das operações militares no processo de Independência, haveria, em tese, que mencionar um quarto teatro de operações relacionado com o processo de Independência: a Confederação do Equador, em 1824. Nas interpretações tradicionais a Confederação do Equador (1824), revolta iniciada em Pernambuco, que se espalhou pelo Nordeste, particularmente no Ceará (mas não na Bahia), é

tratada como tema singular, separado da Independência. A dinâmica do conflito, suas motivações e personagens, no entanto, são indicativos de que havia ali um dos movimentos essencialmente ligados ao processo de emancipação. Eram forças de dispersão, que mostravam a fragilidade da construção do Império, cuja estabilidade institucional ainda demoraria muito a ser consolidada.

Por não se tratar, no entanto, de um problema político relacionado à disputa entre Lisboa e o Rio de Janeiro, com uso da força militar pelos dois lados, a Confederação do Equador não se insere necessariamente na Guerra de Independência, que dizia respeito ao enfrentamento com Lisboa. Basta registrar que, após a revolta estourar, em 2 de julho de 1824 (exato 1 ano após a saída das tropas portuguesas da Bahia), foi organizada tropa no Rio de Janeiro, que partiu para Pernambuco em 2 de agosto de 1824. A esquadra era comandada por Cochrane e levava 1,2 mil homens sob o comando do Brigadeiro Lima e Silva. Aos poucos, grupos fiéis à monarquia foram engrossando o contingente pró-Rio de Janeiro, que ultrapassou 3 mil soldados.

Cochrane também foi mobilizado para bloquear o porto de Recife, que contribuiu para a rendição. A esquadra de Cochrane ainda precisou seguir, depois, para o Ceará, a fim de atuar contra forças que tendiam à desagregação do Império ou que refletiam os problemas políticos da época. Outra operação foi necessária no Pará e no Maranhão, ao passo que, em 1824-1825, a Cisplatina vivia o preâmbulo da guerra. Outras Províncias também experimentavam a mesma situação, que continuou a ameaçar a unidade do Império, em 1825 (MELLO, 2014, p. 236).

Eram forças de dispersão, que se mantinham ativas, dentro da mesma dinâmica observada no processo de Independência,

e que voltariam a se manifestar principalmente no período da Regência. O que se observa, ao menos da perspectiva do processo que resultou no estabelecimento do Império brasileiro, é que a força militar, ao final, foi elemento essencial para preservar a unidade do novo Império, tendo a Marinha seu instrumento estratégico.

CONCLUSÃO

A guerra na Independência brasileira envolveu pelo menos 60 mil militares, engajados em combates nos três teatros de operação e em outras localidades, ao longo de 1821-1824. Os números sobre baixas da guerra são imprecisos, mas teriam girado em torno de 3 a 5 mil mortos, milhares de feridos e prisioneiros, inclusive os mencionados cerca de 2 mil portugueses capturados após o conflito na Bahia e que permaneceram meses no Rio de Janeiro. As operações militares terminaram com a retirada dos Voluntários Reais da Cisplatina, no início de 1824, mas as hostilidades terminaram oficialmente apenas com o acordo de reconhecimento do Brasil por Portugal, em 1825. O acordo concluiu a Independência e a guerra, mas sofreu críticas significativas, especialmente a indenização paga.

Os problemas de uma emancipação, muito mais complexa do que a tradicionalmente ensinada, a heterogeneidade das regiões e de sociedades, os projetos e interesses políticos distintos tornaram as operações militares parte indissociável de um projeto de manutenção do território do antigo Reino do Brasil incorporado ao novo Império. Longe de “guerras de Independência”, como se os conflitos fossem estanques e separados, o que houve foi uma gradual convergência dos conflitos em torno de um tema comum, a opção entre Lisboa e o Rio de Janeiro. Não “guerras”, portanto, mas sim uma “Guerra de Independência” do Brasil.

A Marinha Imperial desempenhou um papel chave em todo esse processo. Como foi possível observar, dada a realidade da ocupação do território da colônia, depois Reino do Brasil, o transporte marítimo, controle de área e dos portos era decisivo em um cenário de instabilidade política e conflito, fosse ele local ou entre as diferentes forças que atuavam naquele momento. Sem a Marinha, dificilmente o Rio de Janeiro teria logrado projetar-se sobre regiões distantes, como o Norte ou a Cisplatina, ou romper as capacidades de resistência (que poderiam se transformar em ofensivas) na Bahia.

O que se observa, por outro lado, é a fragilidade de visões como a defendida pelo Almirante Cochrane, de que a Marinha por si só resolveu os desafios militares da Independência. A dimensão terrestre do conflito foi significativa, e em casos como o do Maranhão, quando da chegada de Cochrane, São Luís já havia sido isolada do resto da Província pelos avanços militares terrestres. Ao mesmo tempo, o plano terrestre mostrou limitações em solucionar a questão militar, especialmente pelas capacidades das forças pró-Lisboa em se sustentar pelo mar. A continuidade dos impasses terrestres poderia, em longo prazo, ter começado a favorecer as forças das Cortes, potencialmente transformando o quadro político e a própria estrutura do Império.

O saldo desse processo foi uma Marinha forte, na qual já atuavam figuras como o futuro Almirante Tamandaré, que jovem oficial foi membro da esquadra de Cochrane. Os desafios subsequentes, particularmente a Guerra da Cisplatina (1825-1828), demonstrariam a importância dessa força, ao mesmo tempo que evidenciavam as necessidades de flexibilidade e capacidade de adaptação, dado que a Marinha Imperial, ao mesmo tempo que se mostrava forte no alto-mar, tinha deficiências para atuar na área estratégica do Prata.

O interessante a se destacar, ao final, é a relevância de forças militares flexíveis, capazes de entrar em atuação rapidamente e de serem reforçadas por uma pronta mobilização. Mais ainda, há na guerra de Independência um exemplo da necessidade de coordenação de diferentes forças, para se alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos. Duzentos anos depois, a atuação da Marinha Imperial em 1822-1825, em conjunto com a ação do Exército Brasileiro, é representativa dos desafios e necessidade de integração e interoperabilidade entre as forças militares, em um cenário atual muito mais complexo e demandante.

REFERÊNCIAS²⁶

ARAÚJO PINHO, "A Guerra da Independência. Crônica de toda a campanha (Transcrição do poema PARAGUAÇY por Ladislau dos Santos Titara). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Nº 278, janeiro-março de 1968. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 10/12/2013).

ÁUSTRIA. "Correspondência do Barão Wensel de Mareschal com o Príncipe de Metternich. Rio de Janeiro, abril 1823". Lata 349, Arquivo do I.H.G.B. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 313, outubro-dezembro de 1976. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 13/11/2013).

BIBLIOTECA NACIONAL, *Documentos para a História da Independência*. Rio de Janeiro: Gráfica da Biblioteca Nacional, 1923.

_____ Documentos relativos aos acontecimentos da Província da Bahia, de 1822. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (67) – nº 1330.

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Os fuzileiros navais na História do Brasil*. Rio de Janeiro. Agência 2a Comunicação, 2008. In: www.mar.mil.br/cgcfm/.../Livro_Historico_FN.pdf (acesso em 10/05/2013).

BITTENCOURT, Armando de Senna. "Da Marinha de Portugal forma-se uma Marinha para o Brasil, 1807 a 1823". In: http://www.casadatorre.org.br/FORMASE_A_MARINHA_DO_BRASIL.pdf (acesso em 02/05/2014).

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. "Instruções 1822-1840". *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*. Ano 7, nº 12, primeiro semestre, 2008. In: Fundação Alexandre de Gusmão, www.funag.gov.br (acesso em 04/03/2012).

BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1822, Página 46 Vol. 1 pt II. www.camara.gov.br.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Fundo Coleção Cisplatina, Relação dos Mortos, e feridos, que teve o Exército Imperial do Sul, em toda a Campanha do Sítio de Montevideo contra a Divisão de Voluntários Reaes de Portugal, e Corpos a ella unidos desde Fevereiro deste anno, até o fim de Outubro ultimo. In: Arquivo Nacional, Fundo Coleção Cisplatina, Caixa 977, 1A.

BRASIL. MARINHA DO BRASIL. "A Marinha Imperial e a Independência do Brasil". In: www.mar.mil.br (acesso em 12/01/2012).

CALMON, Jorge. "As lutas pela Independência nos mares da Bahia". In: "2 de julho: A Bahia na Independência Nacional". Salvador: Fundação Pedro Calmon – Governo do Estado da Bahia, 2010. In: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/> (acesso em 29/09/2014).

COCHRANE, Thomas John. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. *O Piauí nas lutas de independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho. "A Milícia em Armas: o soldado brasileiro da guerra de Independência". *Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Internacional de História Militar*. Rio de Janeiro, setembro de 2011. In: www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/.../30.pdf (acesso em 4/7/2013).

DIAS TAVARES, Luís Henrique. *A Independência do Brasil na Bahia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

EXÉRCITO BRASILEIRO. *O Exército na História do Brasil*. Volume 2. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora; Salvador: Odebrecht, 1998.

ERMAKOFF, G. *Lorde Thomas Cochrane: um guerreiro escocês a serviço da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2021.

FERREIRA, Fábio. *O General Lecor, os Voluntários Reais e os Conflitos pela Independência do Brasil na Cisplatina (1822-1824)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012. In: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1408.pdf> (acesso em 14/08/2014).

FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária Fortuna de um Soldado Portugues*. Terezina: FUNDAPI, 2006.

FRANCHINI NETO, Helio. *Independência e Morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

_____. *Redescobrimo a Independência: uma história de conflitos e batalhas muito além do Sete de Setembro*. São Paulo: Benvirá, 2022.

FROTA, Guilherme de Andréa. *A Marinha do Brasil nas lutas da Independência*. Palestra realizada em Soamar, São Paulo. São Paulo: Marinha do Brasil, 1986.

GUEDES, Max Justo. "A Marinha nas Lutas da Independência". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 298, janeiro-março de 1973.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). "Descrição dos factos de Marinha, que se deram desde que se projectou a Independência do Imperio do Brasil,

até o final da luta (Manuscripto copiado do Archivo Publico)” In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXXVII, Parte Primeira, 1874. <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 05/12/2013).

LEITÃO DE CARVALHO, General E. “Forças Armadas”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 195, abril-junho de 1947. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 24/11/2013).

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A Quebra da Mola Real das Sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MADEIRA DE MELO, Inácio Luis. *Offícios e Cartas dirigidos ao Governo pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia com as datas de 7 e 9 de julho deste anno e que serão presentes às Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Disponível eletronicamente em <http://books.google.com> (acesso em 15/03/2013).

MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014 (2ª Edição).

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié. Uma epopéia brasileira na luta pela independência*. 4ª ed. Teresina: Fundapi, 2006.

PAIXÃO E DORES, Frei Manoel Moreira da. *Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfica do Ministério da Educação, 1938. In: Biblioteca Nacional, acervo digital: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_060_1938.pdf (acesso em 03/06/2013).

PELEGRINO, Humberto. “História Militar da Independência (Circunstâncias e contradições)”. In: Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Nº 326, janeiro-março, 1980. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20www.ihgb.gov.br> (acesso em 19/03/2013)

PORTUGAL. Atas das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa In www.debate.parlamento.pt.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2002.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. “A interiorização da metrópole”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2005.

VALE, Brian “English and Irish Naval Officers in the War for Brazilian Independence”. *Irish Migration Studies in Latin America*, vol. 4, nº 3, July 2006. In: http://irlandeses.org/0607_102to114.pdf (acesso em 28/05/2014).

_____ *Una guerra entre ingleses*. 1a edição. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2005.

VASCONCELOS DE DRUMMOND, Antonio de Menezes. *Anotações de A.M. Vasconcelos de Drummond à sua biografia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História da Independência do Brasil*. 3ª. Edição São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

NOTAS

¹ Tampouco era desprezível a frota portuguesa que deixou Portugal, em 29 de novembro de 1807, transportando a Corte para o Brasil. Entre os navios que partiram no próprio dia 29 e aqueles que se seguiram nos dias seguintes, a esquadra totalizava 23 navios de guerra e 31 mercantes.

² Anotação do Barão do Rio Branco, que indica, também, que a Sumaca *Conceição* se juntou posteriormente à esquadra portuguesa (VARNHAGEN, 1957, p. 272).

³ A lista está disponível eletronicamente na página da Câmara dos Deputados do Brasil.

⁴ Decreto de 18/09/1822.

⁵ Alvará de 30 de dezembro de 1822.

⁶ Caldeira Brant tinha instruções de Bonifácio para arregimentar mercenários e para adquirir embarcações. In: Despacho de 12/08/1822, AHI 268/01/14. In: Cadernos do CHDD, 2008, p. 19.

⁷ Correio Braziliense, edição de dezembro de 1822, p. 597.

⁸ Sobre o caso vide ERMAKOFF, 2021.

⁹ Ofício de 4 de abril de 1823. In: ÁUSTRIA. "Correspondência do Barão Wensel de Mareschal com o Príncipe de Metternich. Rio de Janeiro, abril 1823". Lata 349, Arquivo do I.H.G.B. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 313, outubro-dezembro de 1976. In: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=20> (acesso em 13/11/2013). p. 190

¹⁰ A estimativa de praças e canhões é realizada com base em Paixão e Dores (1938, p. 190).

¹¹ *Vide* BRIAN VALE, 2006.

¹² *Vide* VASCONCELOS DE DRUMMOND, 2012.

¹³ Ofício de 26/12/1822. In: *Biblioteca Nacional. Documentos Relativos aos Acontecimentos da Província da Bahia, de 1822*. Referência I-31, 6, 7. Rolo MS 512 (67) – nº 1330.

¹⁴ Os pormenores desse conflito podem ser encontrados em Franchini Neto, 2022.

¹⁵ Ofício de 4 de abril de 1823. In: RIHGB, 1976, p. 184.

¹⁶ OFÍCIO do chefe de divisão e comandante da esquadra, João Félix Pereira de Campos, ao (secretário de estado da Marinha e Ultramar), Inácio da Costa Quintela, relatando os combates havidos com o inimigo na Baía, enviando relação dos mortos e feridos e sobre a sua demissão de comandante. In: *Projeto Resgate*, AHU_ACL_CU_005, Cx 276 D. 19263. Arquivo da Biblioteca Nacional.

¹⁷ A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência, 1874, p. 29.

¹⁸ “Parte oficial do capitão tenente comandante da charrua ‘Princesa Real’. Combate de 4 de Maio de 1823”. Transcrito em A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência, 1874, p. 72.

¹⁹ Eram, segundo Cochrane, 13 navios de guerra e aproximadamente 70 navios mercantes. O Frei Paixão e Dorez, por sua vez, menciona em 87 navios, dos quais 17 de guerra.

²⁰ *Vide* FIDIÉ, 2006.

²¹ Há, neste caso, uma lenda, de que no calor da Batalha do Jenipapo a bagagem das tropas de Fidié teria sido roubada. Não existem, porém, documentos que comprovem essa versão.

²² Narrativa de Serviços, 2003, p. 82.

²³ Mapa de tropas enviado às Cortes de Lisboa, Sessão de 20 de agosto de 1822. In: PORTUGAL. Atas das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa.

²⁴ “Parte oficial dada pelo Capitão de Mar e Guerra Graduado Pedro Antonio Nunes, relativa ao combate de 21 de Outubro de 1823”. In: *A Marinha de Guerra do Brasil na Lucta da Independência, 1880*, p. 78.

²⁵ Relação dos Mortos, e feridos, que teve o Exercito Imperial do Sul, em toda a Campanha do Sitio de Montevideo contra a Divisão de Voluntários Reaes de Portugal, e Corpos a ella unidos desde Fevereiro deste anno, athe fim de Outubro ultimo. In: Arquivo Nacional, Fundo Coleção Cisplatina, Caixa 977, 1A.

²⁶ O presente artigo tem como base a pesquisa documental e produção historiográfica apresentados em Franchini Neto (2019, 2022). Nesta bibliografia são listadas apenas as obras diretamente citadas, porém o texto se fundamenta em um conjunto muito mais amplo.